

TBR, Nasser Nasser, GLO, Cipe Chacra, SER, Jovana Figueiredo

GUGA CHACRA

Figueiredo (Figueiredo X Figueiredo) internacionalista



Sem paz para Israel e palestinos

Israelenses e palestinos, em sua maioria, não querem negociar a paz neste momento e tampouco aceitam uma solução de dois Estados, que seria a mais justa para resolver o conflito. Sempre foi e continuará sendo um árduo defensor de um acordo entre os dois lados, mas a realidade indica que esse é um sonho compartilhado por cada vez menos pessoas em Israel,

Cisjordânia e Faixa de Gaza. Em outras partes do mundo, muitas pessoas que acompanham o conflito passaram a adotar posições mais radicais e até antissemitas, no caso de alguns anti-Israel, e racistas contra os palestinos, no caso de alguns anti-Palestina.

Apenas pouco mais de um quarto dos judeus israelenses e ao redor de um terço dos palestinos defendem a solução de dois Estados, segundo pesquisas paralelas da Universidade de Tel Aviv e do Centro de Pesquisas de Ramallah divulgadas nas últimas semanas. Começamos pelo levantamento israelense. Quando perguntado se apoiavam a criação de um Estado palestino ao lado de Israel, somente 6,9% dos judeus israelenses disseram "apoiar fortemente" e outros 21,7% afirmaram "apoiar moderadamente", o que dá um total de 28,6% — os dados que incluem palestinos cidadãos de Israel, que representam 20% da população, são mais positivos.

Quanto aos palestinos, quando perguntados qual a melhor alternativa para o conflito, somente 14,6% dos judeus israelenses indicaram que seria a solução de dois Estados, enquanto quase dois terços defenderam a man-

tenção do status quo ou a anexação (legal) dos territórios palestinos com a concessão de direitos limitados para a população palestina — o que implicaria em deixar os palestinos como cidadãos de segunda classe. Nesse cenário, as acusações de apartheid se intensificariam em parte da comunidade internacional, como as que já são feitas por grupos como o Human Rights Watch e países como a África do Sul.

Os palestinos também adotam posições bem distantes da paz. Embora a solução de dois Estados desfrute de um apoio maior do que entre os judeus israelenses, é uma alternativa minoritária, com o apoio de somente 34%.

Para atingir o objetivo da independência, 56% disseram defender a luta armada, o que envolveria atos terroristas contra israelenses. Mais de oito em cada dez palestinos indicaram apoiar o atentado terrorista do Hamas, que, com registros de estu-

pros e outros crimes sexuais, deixou 1,2 mil mortos e 240 feridos (incluindo bebês).

As lideranças dos dois lados radicais, Benjamin Netanyahu comanda uma coalizão de extrema direita na qual praticamente nenhum membro acredita a criação de uma Palestina independente e alguns, incluindo o premier, adotam um discurso claramente racista contra os palestinos. Já o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, visto como "moderado" pela comunidade internacional, é antissemita, como fica claro em uma série de declarações com ataques contra judeus. Até hoje não condenou o atentado terrorista cometido pelo rival Hamas, que governa, ou governava, a Faixa de Gaza.

O sonho de haver paz, que já era distante mesmo antes do atentado do Hamas e da resposta israelense a Gaza, onde já foram mortas mais de 22 mil pessoas, sendo a maioria mulheres e crianças, destruído por ao menos uma geração ou até mais qualquer possibilidade de acordo. Infelizmente, somos cada vez menos aqueles que ainda sonham com Palestina e Israel vivendo em paz, segurança e amizade.

Justiça de Israel adia lei que impedia afastar premier

Suprema Corte diz que Parlamento abusou de poder ao favorecer pessoalmente Netanyahu e determina implementação só em 2026; resolução é segundo golpe para reforma judicial desde início da semana

A Suprema Corte de Israel decidiu ontem adiar a implementação da chamada "Lei de Incapacitação", que impedia o procurador-geral do país de afastar o primeiro-ministro do cargo. A norma, aprovada em março pelo Parlamento israelense, era uma das medidas-chave da reforma judicial promovida pelo premier Benjamin Netanyahu.

De acordo com a decisão, aprovada por seis votos em um colegiado de 11 juizes, a Knesset — o Parlamento israelense — abusou de seu po-

der legislativo ao fazer com que a lei entrasse em vigor imediatamente, favorecendo pessoalmente o atual primeiro-ministro, que é investigado por corrupção. Agora, a lei apenas valerá a partir do próximo período legislativo, que terá início após as eleições parlamentares previstas para outubro de 2026.

"A maioria decidiu que a legislação foi projetada para servir a um propósito claramente pessoal: promover os interesses pessoais do primeiro-ministro e remover as restrições legais à sua conduta profissional em andamento contra ele", afirmou o texto da decisão.

Além disso, o caráter pessoal da lei ficou evidente graças a três aspectos: as declarações explícitas em defesa do premier feitas por membros da Knesset durante a votação do texto, a submissão da emenda logo após a apresentação de uma ação declarando a incapacidade do premier de continuar no cargo e a vigência imediata da lei como forma de barrar sua eventual cassação.

PRIMEIRO PASSO
A legislação, aprovada em março do ano passado ape-

sar da forte rejeição popular, foi o primeiro passo da ampla reforma judicial levada a cabo pela coalizão de extrema direita no poder em Israel. Horas depois de sua validação, movimentos de direitos civis e partidos de oposição entraram com recursos na Suprema Corte para barrar a iniciativa.

Embora a decisão de ontem não tenha analisado o mérito das denúncias contra o atual primeiro-ministro, ela representa mais um golpe contra o governo Netanyahu em menos de um ano. Na última segunda-feira, a Suprema

Corte derrubou outro dispositivo-chave da reforma judicial, que proibia o tribunal de analisar a razoabilidade das decisões do Parlamento.

A reforma judicial de Netanyahu deu início à maior onda de protestos de Israel, com mais de 29 semanas de enormes manifestações em todo o país. Manifestantes chegaram a tomar o aeroporto internacional perto de Tel Aviv, protestar do lado de fora das casas dos ministros e entrar no mar para bloquear o porto de Haifa. Em meio a essas manifestações, a Suprema Corte derrubou a Lei de Incapacitação.

A disputa faz parte de um impasse ideológico mais amplo entre Netanyahu, apoiado por colonos que querem transformar Israel em um Estado mais religioso e nacionalista, e seus oponentes, que têm uma visão mais pluralista do país. A coalizão governista diz que o tribunal tem agido contra os interesses da direita, impedindo construções de assentamentos judaicos na Cisjordânia ocupada e derrubando privilégios concedidos aos judeus ultraortodoxos, como a isenção do serviço militar obrigatório.

Trump recorre à Suprema Corte para se manter candidato

Ex-presidente dos EUA adota medidas para contestar decisões que impedem sua participação nas prévias do Colorado e Maine

O ex-presidente americano Donald Trump adotou medidas ontem para manter seu nome nas cédulas de votação das primárias do Colorado e do Maine, estados americanos que no ano passado citaram sua atuação no ataque ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, para vetar as disputas.

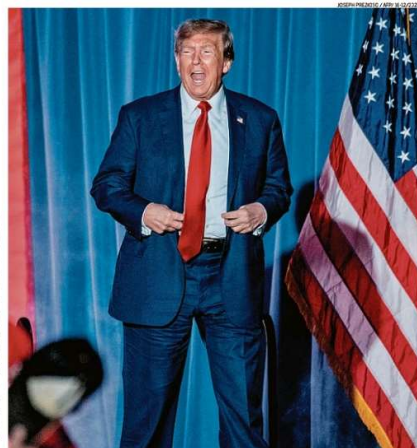
Segundo fontes citadas pela mídia americana, o republicano solicitou formalmente à Suprema Corte dos EUA que anule a decisão da mais alta corte judicial do Colorado de barrar a com base na Cláusula 3 da 14ª Emenda da Constituição americana que vedava pessoas que já participaram de insurreição — como o ataque ao prédio do Congresso americano — de ocupar cargos públicos.

A votação para as primárias no estado está prevista para 5 de março, quando ocorre a chamada Super Terça, em que mais de uma dezena de estados escolhem os representantes de

cada partido no pleito. "O presidente Trump tinha a intenção total de ajudar a eleição de Joe Biden e de evitar a eleição de Donald Trump", disse a Suprema Corte do Colorado em sua decisão em 19 de dezembro.

O mesmo argumento foi seguido pela secretária de Estado do Maine, Shenna Bellows, que, na semana passada, retirou o ex-presidente das prévias estaduais também com base na cláusula anti-insurreição. A equipe do republicano não está recorrendo em um tribunal local.

"NÃO FOI UMA INSURREIÇÃO"
Na apelação apresentada ontem, Trump pede que a Suprema Corte americana declare que ele não participou de uma insurreição para tentar reverter sua derrota nas eleições de 2020, vencidas pelo democrata Joe Biden, esforço que culminou com a invasão do Capitólio. "Esta Corte deve revisar esta questão de uma importância, reverter sumari-



Apelação. Ex-presidente Trump participa de comício eleitoral em New Hampshire; advogados negam insurreição

amente a decisão da Suprema Corte do Colorado e de devolver aos eleitores o direito de votar no candidato de sua escolha", escreveram os advogados do ex-presidente, segundo uma cópia do processo vista pela Bloomberg. "Não foi uma 'insurreição' e o presidente Trump de forma alguma 'se envolveu' em uma 'insurreição', argumentaram.

De acordo com o processo, "insurreição como entendida na época da aprovação da 14ª Emenda significa pegar em armas e travar uma guerra contra os EUA", disseram os advogados.

Já no Maine, seus advogados instaram a Suprema Corte do estado a rejeitar o bloqueio do nome do ex-presidente nas cédulas de votação. Sua defesa alega

que a secretária de Estado do Maine tomou uma decisão "tendenciosa".

Trump enfrenta várias contestações à sua elegibilidade com base na Cláusula 3 da 14ª Emenda embora nenhuma tenha chegado tão longe quanto o Colorado. A provisão, ratificada em 1868 depois da Guerra Civil, tinha como objetivo impedir que os partidários

da Confederação escravista fossem eleitos para o Congresso ou ocupassem cargos federais.

A apelação de Trump, liderada pelas pesquisas de intenção de voto para as primárias do Partido Republicano, que começam em 15 de janeiro, é apresentada quase uma semana depois de sua sigla no Colorado entrar com uma ação estadual para anular a medida.

MOMENTO CRUCIAL

A medida marca um momento crucial nas questões envolvendo a candidatura de Trump. Uma decisão da Suprema Corte favorável ao ex-presidente poderia pôr fim a quaisquer esforços no país para impedi-lo de concorrer novamente à Casa Branca. Já uma decisão contra poderia estimular mais iniciativas nesse sentido, levantando novas questões sobre sua viabilidade como candidato.

Formada por uma maioria conservadora indicada por Trump quando ainda ocupava a Casa Branca, a Suprema Corte dos EUA está sob pressão para decidir o futuro do ex-presidente nas eleições presidenciais deste ano, previstas para novembro.

Além do imbróglio recente sobre a sua elegibilidade, o tribunal também está no centro de outros processos criminais dos quais o magnata é alvo na Justiça, que incluem desde acusações de tentar fraudar as eleições de 2020 até irregularidades fiscais (Com Bloomberg).